

A busca do crescimento industrial sustentado*

*André Luís Forti Scherer***

A edição anterior da revista **Indicadores Econômicos FEE** apresentou neste espaço uma análise do desempenho das indústrias brasileira e gaúcha no momento em que o Plano Real completava seu segundo aniversário. Esse artigo ressaltava a possível retomada da trajetória de expansão da atividade industrial brasileira no segundo semestre deste ano, em decorrência, principalmente, de medidas governamentais facilitadoras do acesso ao crédito. No entanto também apontava o potencial desequilíbrio na balança comercial que esse novo surto de crescimento poderia ocasionar, a partir do aumento do ritmo de crescimento das importações impulsionado pelo reaquecimento da economia.

Ao mesmo tempo, mostrava a mudança na atitude das autoridades econômicas, expressa em medidas facilitadoras das exportações, o que indicava a percepção da importância do problema como um dos principais, se não o principal, entraves ao crescimento sustentado da economia brasileira.

As ações governamentais no terceiro trimestre de 1996 mostraram um aprofundamento das tendências esboçadas no trimestre anterior. A principal medida de política econômica do período — a aprovação, em tempo recorde, do fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 17.10.96.

O autor agradece a colaboração da estagiária Vania Alberton e, também, a atenta leitura realizada pela colega de núcleo Maria Cristina Passos, ressaltando que os equívocos porventura remanescentes são de sua inteira responsabilidade.

** Economista, Técnico da FEE e Professor da PUC-RS.

incidente sobre as exportações de produtos básicos e semi-elaborados — representa a continuidade de uma política que busca a elevação das exportações, essencial para evitar um desequilíbrio comercial. Saudada nos meios empresariais como “o início do fim do Custo Brasil”, essa medida também compreende a desoneração do mesmo imposto sobre os investimentos em máquinas e equipamentos destinados à indústria brasileira. Assim, aquilo que foi apontado no trimestre anterior como uma mudança no comportamento do Governo — a implementação inicial de ações no sentido de dotar a economia brasileira das condições necessárias para a obtenção de uma maior velocidade no ritmo de crescimento da economia — teve uma importante seqüência no período seguinte.

A criação de incentivos às exportações reveste-se de uma importância ainda maior, dados os sucessivos déficits que a balança comercial brasileira passou a registrar a partir de junho. Até o mês de setembro, o saldo acumulado negativo da conta comercial atingiu US\$ 1,593 bilhão, sendo o pior resultado o do próprio mês de setembro, com US\$ 655 milhões de déficit. Isso demonstra a vulnerabilidade do equilíbrio externo da economia brasileira quando conjugado a um processo, ainda que tênue, de retomada do crescimento. Nesse contexto, sucessivos déficits comerciais podem dar margem à formação de um ambiente propício à especulação, especialmente aquela envolvendo o futuro da taxa de câmbio, ainda um dos principais mecanismos de controle dos preços internos. Deve-se ressaltar, entretanto, que os efeitos das medidas de auxílio ao setor exportador ainda não haviam se materializado no mês de setembro, estando previsto o início do seu impacto para o final do ano, o que pode trazer um maior grau de liberdade para que o crescimento interno não afete de modo perverso o equilíbrio externo. Caso essas medidas não surtam o efeito desejado — a exemplo do US\$ 1 bilhão para financiamento às exportações, no qual o setor não mostrou o interesse esperado devido ao seu alto custo —, não restará outra alternativa, para o Governo manter a estabilidade dos preços, a não ser promovendo novas medidas de contenção ao crédito, instrumento que tem se revelado eficaz no controle do nível de demanda interna. Nesse caso, estará comprovada a “armadilha” em que se encontra a economia brasileira quanto às possibilidades de um crescimento sustentado, dados os níveis de câmbio e juros ora vigentes, ficando comprometido, assim, o crescimento esperado para o ano de 1997.

1 - A recuperação da atividade industrial brasileira

No mês de julho de 1996, a produção da indústria de transformação brasileira apresentou uma elevação de 10,07% frente à do mesmo mês do ano anterior. Esse crescimento, embora insuficiente para recuperar os sucessivos resultados negativos obtidos no primeiro semestre (em comparação aos obtidos em igual período de 1995), representa uma significativa recuperação do patamar da atividade industrial no País.

Ratificando essa constatação, a produção da indústria de transformação brasileira, medida pelo indicador dessazonalizado do IBGE, teve um crescimento, em julho, 17,96% superior à média de 1991. Esse foi seu melhor resultado desde abril de 1995¹, mês que marca a interrupção nos altos patamares de produção que caracterizaram o final de 1994 e o primeiro trimestre do ano seguinte. A elevação da produção industrial constatada em julho aponta no sentido de uma ruptura com a estagnação observada ao longo do primeiro semestre de 1996, embora já se observasse uma tendência moderada à recuperação da produção industrial desde o mês de abril de 1996, como pode ser visto no Gráfico 1.² Pode-se dizer que ocorreu uma elevação no patamar da atividade industrial no mês de julho, o que deve ser confirmado por sua performance nos próximos meses.

Em que pese ao bom resultado obtido no mês de julho, a produção industrial acumulada entre janeiro e julho de 1996 mostra-se 3,60% inferior à atividade registrada no mesmo período do ano passado. O saldo negativo acumulado neste ano decorre, principalmente, do fraco desempenho apresentado pelo setor industrial no primeiro trimestre, o qual deve ser contraposto à produção excepcionalmente aquecida no primeiro trimestre de 1995, apesar

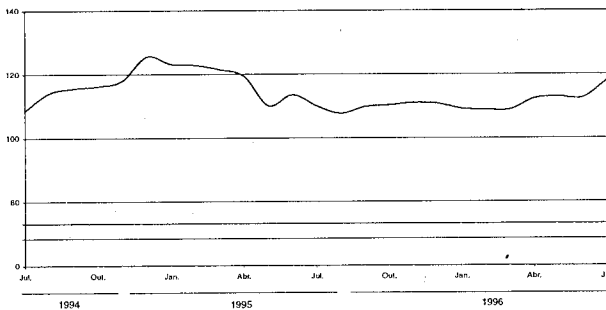
¹ Em abril de 1995, o nível da produção industrial foi 19,30% maior do que a média de 1991, medido pelo indicador dessazonalizado do IBGE. O maior índice do período do Plano Real ocorreu em dezembro de 1994, com um acréscimo de 25,49% frente à média de 1991.

² Seguindo a periodização apresentada por Scherer (1996) — que havia dividido em três etapas a evolução da produção industrial brasileira a partir do início do Plano Real, com a primeira, expansionista, compreendendo o período de julho de 1994 a março de 1995; a segunda, contracionista, de abril de 1995 a agosto do mesmo ano; e a terceira, caracterizada pela estagnação, de setembro de 1995 até abril de 1996 —, o patamar da atividade alcançado em julho deste ano encontra-se no nível daquele obtido em novembro de 1994, embora longe do “pico” de produção atingido em dezembro daquele ano.

de o desempenho acumulado negativo ter se reduzido com os melhores resultados apresentados a partir de abril. No segundo semestre de 1996, possivelmente, essa situação se apresentará de forma invertida, uma vez que, concomitantemente à tendência de elevação na atividade industrial ora em curso, o segundo semestre de 1995 foi marcado por uma brusca queda na produção manufatureira nacional, o que, caso se confirme, deve garantir a ocorrência de um pequeno saldo positivo ao final do ano.

Gráfico 1

Índice dessazonalizado da produção da indústria de transformação no Brasil — jul./94 a jul./96



FONTES: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

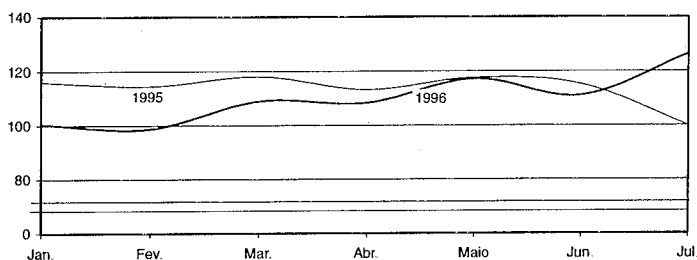
NOTA: Base fixa mensal: média de 1991 = 100.

No Gráfico 2, confirma-se que, embora a produção da indústria de transformação brasileira do ano de 1996 tenha se aproximado daquela obtida em 1995 a partir do mês de abril, apenas em julho foi maior que a do ano anterior. O motivo do movimento de recuperação experimentado pela indústria a partir do segundo trimestre deste ano pode ser encontrado, principalmente, nas medidas governamentais que facilitam o acesso ao crédito — tanto para

as empresas como para os consumidores — adotadas no início de 1996. Estas, cumprido o estágio inicial de estancamento na queda do nível produtivo ocorrido a partir de março e dando início a um processo de recuperação moderada no segundo trimestre, aparentemente começaram a trazer resultados no sentido de alcançar um aquecimento mais efetivo da produção, os quais se fizeram sentir mais fortemente em julho.³

Gráfico 2

**Índice da produção da indústria de transformação
no Brasil — jan.-jul./95 e jan.-jul./96**



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

NOTA: Base fixa mensal: média de 1991 = 100.

O desempenho de alguns gêneros industriais no ano de 1996 teve uma importância primordial para a obtenção do resultado negativo acumulado até o mês de julho. Tomando-se como base o índice acumulado da indústria geral (que inclui a indústria extrativa mineral), que apresentou uma queda de 2,58%

³ Cabe ressaltar que esse foi o mesmo instrumento utilizado pelo Governo para desaquecer a economia no início de 1995, o que mostra a importância da disponibilidade do crédito para a dinâmica de curto prazo da economia brasileira no período pós-real.

no período jan.-jul., nota-se que esse resultado foi fortemente influenciado pelo mau desempenho do gênero mecânica, o qual contribuiu com -2,59 pontos percentuais para a formação da taxa geral. Em outras palavras, excetuando-se a influência negativa que a queda na produção do gênero mecânica (-23,64% no acumulado até julho) ocasionou para a formação da taxa da indústria geral, a produção industrial teve um acréscimo, ainda que insignificante, de 0,01%. Pode-se, assim, considerar que o resultado negativo da indústria geral até julho de 1996 se deveu exclusivamente ao fraco desempenho do gênero mecânica, influenciado diretamente pela redução na produção de bens ligados ao setor agropecuário, como tratores e colhedeiças agrícolas (Indic. Conj-s. Industr.: BR, 1996, p.11), uma vez que o resultado dos demais gêneros se compensaram mutuamente. Os gêneros como têxtil (-0,77 pontos percentuais) e metalúrgica (-0,59 pontos percentuais) também tiveram importante impacto negativo sobre a taxa da indústria geral. De modo positivo, incidiram os gêneros produtos alimentares (0,89 pontos percentuais) e química (0,78 pontos percentuais).

Analisando-se por categorias de uso, nota-se que o crescimento industrial permanece sendo impulsionado, principalmente, pelo desempenho da categoria bens de consumo, que teve um incremento de 15,34% no mês de julho de 1996 na comparação com o de mesmo mês do ano anterior. Os bens de consumo duráveis foram aqueles que apresentaram o maior crescimento nessa base de comparação (32,16%), sendo os veículos automotores para passageiros os principais responsáveis por essa expressiva elevação (58,41%). Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis tiveram um acréscimo de 11,45% no total produzido em julho de 1996, quando comparado ao produzido em julho de 1995. Os bens intermediários elevaram sua produção em 9,73%, enquanto os bens de capital a reduziram em 9,72%, mantida a mesma base de comparação.

Cabe ressaltar que os bens duráveis de consumo vêm mantendo, ao longo do ano, um expressivo patamar em sua produção, que, a partir do segundo semestre, começa a contrapor-se a um período de reduzido nível de atividade para essa categoria em 1995, resultando em elevadas taxas de crescimento, como a apresentada para o mês de julho. Assim, analisando-se o índice acumulado no ano para os bens duráveis, que foi de 2,75% para o primeiro semestre e se expandiu para 6,72% no período jan.-jul., é possível prever um maior avanço dessa taxa para os próximos meses, dado que a disponibilidade de crédito hoje existente possui uma grande influência sobre as possibilidades de consumo e de produção desses bens.

A categoria bens de capital, por sua vez, tem sido, ao longo do ano, aquela de pior desempenho, embora tenha apresentado uma lenta recuperação — aproximadamente um ponto percentual ao mês — no indicador acumulado a partir do mês de maio, estando, ainda, em nível bastante inferior ao produzido em 1995 até o mês de julho (-23,11%). Nota-se que, enquanto a produção de máquinas se aproximava dos níveis apresentados no ano anterior (-2,42% no mês de julho), os equipamentos de transporte industrial ainda se mostravam em um patamar produtivo bastante inferior àquele vigente em julho do ano anterior (-30,97%).

Para uma inferência sobre as possibilidades de acréscimo da atividade industrial brasileira nos próximos meses, é necessário examinar-se o comportamento da utilização da capacidade instalada. Os dados disponíveis até o momento, medidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), não apontam a proximidade de um esgotamento da capacidade produtiva com a elevação do nível de produção ocorrido no mês de julho. Ao contrário, mostram uma redução de um ponto percentual no nível de utilização da capacidade produtiva no mês de julho em comparação com o do mês de abril de 1996, encontrando-se a ociosidade nominal da indústria brasileira, em julho, em 19%. Esses números indicam um comportamento da indústria brasileira diverso daquele detectado pelo IBGE, que registrou forte expansão da atividade industrial no mês de julho. Além do fato de serem pesquisas com metodologia e amostras diferentes, duas possibilidades poderiam explicar a desconformidade entre seus resultados: o aumento da própria capacidade instalada, a partir da elevação dos investimentos industriais que têm caracterizado a economia pós-real, ou os acréscimos na produtividade industrial, que têm sido muito comentados e medidos, mas sobre os quais não existe um consenso quanto à sua magnitude. Sabe-se que esses dois aumentos — nos investimentos e na produtividade — são característicos da economia brasileira atual, mas, ao mesmo tempo, torna-se difícil precisar em que medida poderiam ser esses fatores determinantes da divergência em questão.

Quanto aos gêneros e ramos industriais que teriam menor capacidade de promover acréscimos expressivos na produção no segundo semestre do ano, dada sua reduzida capacidade ociosa em julho de 1996, a pesquisa promovida pela FGV aponta papel e papelão e metalurgia com 90% e 89%, respectivamente, de utilização da capacidade instalada. Operando bastante abaixo do seu potencial, estariam perfumaria, sabões e velas (69%), mecânica (73%) e calçados (70%).

2 - O desempenho da indústria gaúcha

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou, no mês de julho, um crescimento de 12,51% quando comparado com seu desempenho no mesmo mês do ano anterior. Esse resultado torna-se mais importante na medida em que, no Estado, a produção acumulada entre janeiro e julho deste ano teve um decréscimo de 7,80% frente a de igual período do ano anterior, bastante superior à queda obtida pela produção industrial brasileira nesse mesmo espaço de tempo. Não deve ser esquecido que a queda no nível da produção, decorrente dos ajustes governamentais realizados em 1995, ocorreu com maior intensidade na indústria gaúcha do que na brasileira.⁴ Isso faz com que a evolução da atividade industrial ao longo de 1996 em relação à de 1995 apresente um comportamento diferenciado daquele obtido para a indústria brasileira, como pode ser observado no Gráfico 3. Note-se que, para a indústria brasileira (Gráfico 2), o único mês do ano em que a produção superou a de igual mês do ano anterior foi julho. Para a indústria gaúcha, já no mês de maio ocorreu um primeiro resultado positivo na comparação com o de maio de 1995.

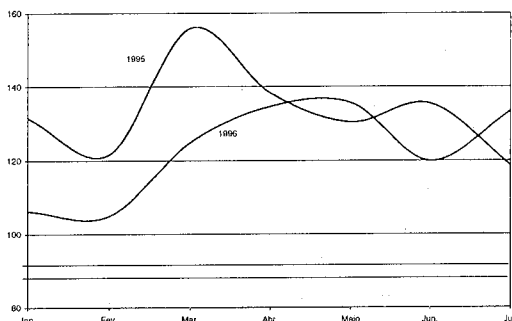
O comportamento dos gêneros da indústria de transformação do Rio Grande do Sul mostra que o acumulado do ano, considerando-se a indústria em geral (-7,74%), foi mais influenciado pela performance da mecânica, que contribuiu com 5,78 pontos percentuais para o resultado obtido. No acumulado dos últimos 12 meses até julho, esse gênero apresentou uma queda de 54,70% em sua produção, quando comparada à do período ago./94-jul./95. Material de transporte (-1,75 ponto percentual) e metalúrgica (-0,99 ponto percentual) também influenciaram na redução verificada no período.

Positivamente, por sua vez, destaca-se o gênero mobiliário, que contribuiu com 0,55 ponto percentual para a formação da taxa acumulada até julho. Nos últimos 12 meses até julho, esse gênero apresentou um crescimento de 10,87%. O gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos também contribuiu com 0,46 ponto percentual para a taxa acumulada até julho, a partir de um incremento de 4,70% em sua produção no mesmo período.

⁴ O comportamento da atividade industrial gaúcha no período jul./94-mar./96 foi analisado com mais detalhe na edição anterior da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

Gráfico 3

**Índice da produção da indústria de transformação
no Rio Grande do Sul — jan.-jul./95 e jan.-jul./96**



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

NOTA: Base fixa mensal: média de 1991 = 100.

A queda na produção da indústria mecânica permanece sendo tributária da má performance do setor de máquinas e implementos agrícolas. Apesar da melhoria nas expectativas quanto aos resultados nesse setor pela elevação dos preços pagos aos agricultores, até o momento ainda não se observou uma retomada do nível de investimentos no campo que possa se refletir na recuperação da produção de máquinas.

Nesse sentido, também é importante esperar pelos efeitos que a lei de desoneração do ICMS sobre as exportações possa trazer à economia gaúcha. Sendo um estado caracteristicamente agroexportador e no qual o setor industrial possui fortes vínculos com a atividade primária, existe uma fundada expectativa quanto às repercussões positivas que os incentivos à exportação de produtos primários e semi-elaborados possam ter sobre toda a economia gaúcha. Deve-se alertar, entretanto, para a possibilidade de que pode haver prejuízo para certos ramos industriais no Estado, uma vez que, ao serem criadas facilidades para as exportações de matérias-primas, estas poderão

encarecer no mercado interno. Isso é particularmente relevante para o setor calçadista, que pode vir a sofrer percalços a partir de um crescimento nas exportações coureiras do Estado.

Bibliografia

CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro : FGV, v.50, n.9, p.33-37, set.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil; produção física (1996). Rio de Janeiro : IBGE, jul.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional; produção física (1996). Rio de Janeiro : IBGE, jul.

SCHERER, André Luis Forti (1996). O plano Real e as possibilidades de crescimento da atividade industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2.